

# Relator diz que o Governo subestimou suas receitas

O relator do projeto orçamentário, deputado João Alves (foto) (PFL-BA), disse ontem que o Governo subestimou em muito as suas receitas. O relator que tratou especificamente dessa parte, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), argumentou que a

Carlos Menandro 30.3.90



estimativa do governo não poderia ser diferente, porque foi feita em maio. Depois de enviar a proposta orçamentária ao Congresso, o governo aumentou a alíquota do Finsocial sobre a folha de pagamento das empresas de 14 para 15%. Só nesse item houve uma estimativa de ganho de mais 296 bilhões de cruzeiros a preços de maio.

Em agosto, o governo aplicou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de curto prazo, que o relator avaliou como mais 225 bilhões de cruzeiros para a receita da União. Outro item que pesou foi o aumento de 9,073% do Imposto Territorial Rural (ITR). Em maio, o governo estimou os recursos do tesouro depositados no Banco Central em 27 bilhões de cruzeiros. Em novembro, o total desses recursos era de 1,3 trilhão de cruzeiros, resultado das altas taxas de juros.

O relator do projeto orçamentário, deputado João Alves, se sentiu traído pelo fato de as lideranças do PMDB e PFL terem negociado com o PT uma fatia da reestimativa de receita (dos 750 bilhões de cruzeiros). "Não fui consultado por nin-

guém", queixou-se. O acordo foi feito para evitar que a liderança do PT obstruísse a sessão do Congresso com um pedido de verificação de quorum. Como não havia a presença do mínimo de 248 deputados e 38 senadores para a votação, toda a pauta deveria ser aprovada pelo voto simbólico dos líderes. Mesmo assim, a sessão foi confusa porque apenas alguns deputados tinham acesso ao relatório que continha as emendas aprovadas pelo deputado João Alves. Só havia uma cópia do relatório, ao lado do plenário, manipulada por assessores da comissão mista de orçamento. Das cerca de 15 mil emendas apresentadas pelos parlamentares, 7.500 foram aprovadas.

## Metas

O deputado João Alves, que também relatou o projeto de plano plurianual do governo, decidiu que, para os exercícios de 1993 a 1995, devem estar especificadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) as metas anuais da administração pública federal. Para 1991, o Executivo, dentro de 60 dias da publicação do projeto aprovado ontem, fará as adequações necessárias decorrentes das alterações no orçamento anual. A LDO estabelecerá as metas para o exercício de 1992.

Os deputados José Serra (PSDB-SP) e César Maia (PDT-RJ) acreditam que o orçamento para 1991 aprovado pelo Congresso pode virar "ficção", com as medidas de cortes propostas pelo Executivo. Ontem, o governo, por decreto-lei, incluiu no projeto de orçamento para o próximo ano 12 trilhões de cruzeiros relativos à amortização da dívida mobiliária de curto prazo, que havia sido subestimada no projeto original.